

Descrivitismo metalinguístico e a teoria da nomeação em Russell

Metalinguistic descriptivism and theory of names in Russell

Palavras-chave: descrição definida, nomes próprios, abreviação, metalinguística, semântica.

Keywords: description defined, proper name, abbreviation, metalinguistic, semantics.

**Josailton Fernandes
Mendonça**

Professor, UERN.
Doutor em filosofia, UFC,
Natal, RN, Brasil.

josailtonf@gmail.com

Resumo

A teoria semântica dos nomes próprios de Russell, apesar de ser uma extensão de sua bem estabelecida teoria das descrições definidas, é notadamente imprecisa e confusa. Russell, em sua filosofia da linguagem, epistemologia e filosofia da matemática, adota diferentes teses acerca do significado dos nomes próprios. Ressalta-se na literatura a tese que nomes próprios comuns abreviam descrições definidas. Apesar da referida tese encontrar apoio em sua epistemologia – principalmente após o seu famoso artigo *On Denoting* –, Russell parece ter dificuldade em adotá-la na sua análise do comportamento semântico dos nomes próprios. Neste contexto, examina-se a sua teoria da nomeação – com ênfase na tese de que nomes próprios são abreviações de descrições definidas –, apontando os limites dessa concepção e sugerindo duas interpretações para essa tese: (i) uma interpretação cognitivo-psicológica: o falante tem uma disposição de associar ao nome a descrição definida com a qual ele tenciona singularizar o objeto; (ii) uma interpretação semântica: um nome N está semanticamente associado a uma descrição metalinguística – “O portador de ‘N’” –, a qual unifica todos os possíveis usos específicos de N.

Abstract

Russell semantic proper names theory, despite of being an extension of their well-established theory of definite description, is notably vague and confusing. Russell, in his philosophy of language, epistemology and philosophy of mathematics, adopts different theories about the proper names meaning. It is emphasized in the literature the thesis that ordinary proper names abbreviated definite descriptions. Although this thesis find support at its epistemology – especially after his famous article *On Denoting* – Russell seems to have difficulty in adopt it in its analysis of the semantic behavior of proper names. In this context, one examines his theory of naming – with an emphasis on the theory that proper names are abbreviations of definite descriptions – showing the limits of this conception and by suggesting two interpretations for this thesis: (i) a cognitive-psychological interpretation: the speaker has a disposition associate with the name the defined description with which he intends to discriminate the object, (ii) a semantic interpretation: an N name is semantically associated with a metalinguistic description – “The bearer “N”” –, which unifies all possible specific uses of N.

Introdução

As concepções semânticas de Russell em torno dos nomes próprios são uma extensão da sua teoria descritivista, a qual fora elaborada entre os anos de 1903 e 1905 e tem seu ápice com a publicação do ensaio *On Denoting* (1905).

Na referida obra, Russell promove uma forte crítica às teses metafísicas como a de Meinong (1960), a qual aduz que objetos inexistentes concretamente (*Existenz*) têm alguma espécie de ser (Subsistência = *Bestand*) para além dessa existência concreta. E, assim, os nomes desses objetos referem.

No entanto, o alicerce sob o qual se constrói a teoria da nomeação de Russell é fregeano. O problema básico que Russell constatou na concepção fregeana dos nomes próprios é o seguinte: Se um enunciado como (1),

(1) O maior rio em volume d'água do mundo fica no Brasil

é analisado à maneira de Frege, então se comportará semanticamente nos termos de uma função proposicional (Fa), em que (a) é um nome próprio — de fato para o Frege descrições definidas constituem uma categoria de nomes próprios — e (F) é o predicado "ficar no Brasil". Ademais, o significado de (1) é muito claro: de acordo com Frege (2002), tal sentença exprime um pensamento a que se pode atribuir um claro valor de verdade, o verdadeiro. Contudo, Russell (1905) sugere que um enunciado como (2),

(2) O atual rei da França é calvo

é problemático, se analisado sob o modelo de Frege. Primeiro, porque o indivíduo ao qual deveria referir-se à descrição definida, atualmente não existe. Como o valor de verdade do enunciado depende do valor semântico da descrição definida, (2) parece ferir o princípio do terceiro excluído. Realmente, se o valor semântico (significado, conteúdo semântico) de uma descrição definida é o objeto que ele denota; e, por outro lado, se não existe um objeto que denote a descrição "O atual rei da França"; temos que concluir que há pelo menos um caso em que a descrição definida não se comporta como nome próprio, qual seja, o caso das descrições definidas referencialmente vazias ou defectivas. Agora, desde que as proposições - no sentido lógico contemporâneo ou o pensamento no sentido fregeano - têm valor de verdade e o enunciado (2) não pode ser nem verdadeiro nem falso, pela razão aludida, como explicar o seu caráter proposicional singular? Consideremos, a propósito, que para Frege (1956), o pensamento expresso por uma proposição é algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade: "Conto entre os pensamentos tanto o que é falso, quanto o que é verdadeiro. Consequentemente posso dizer: o pensamento é o sentido de uma sentença, sem querer com isso afirmar que o sentido de todo enunciado seja um pensamento" (FREGE, 1956, p.292).

A estratégia de Russell para resolver o problema e, ao mesmo tempo, escapar da implausível hipótese meinonguiana - de que objetos não existentes subsistem - é radical: descrições definidas não podem ser incluídas na categoria dos nomes próprios. De acordo com ele, "a primeira coisa a se perceber acerca de uma descrição definida é que ela não é um nome. Consideremos "o autor de *Waverley*". Esta é uma descrição definida, e é fácil ver que ela não é um nome. Um nome é um símbolo simples [...]."

(RUSSELL 2010, p. 91; 1978, p. 106). Nesta condição, a inteligibilidade das descrições definidas não exige que estas apontem ou designem objetos, isto é, que sejam expressões objeto-dependentes. Depois, os nomes próprios – e em particular, os nomes próprios comuns – são descrições truncadas ou abreviações de descrições, como ele assevera: “[...] os nomes que comumente usamos como ‘Sócrates’ são realmente abreviações para descrições; não somente isso, mas o que eles descrevem não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries.” (RUSSELL 2010, p. 27; 1978, p. 71). Há, de fato, um sentido em que a ideia segundo a qual nomes são abreviações para descrições, parece verdadeiro: se considerarmos o Catálogo Astronômico de Messier, a descrição “o primeiro objeto do céu profundo, descoberto pelo astrônomo francês Charles Messier” é abreviada por M1 ou Nebulosa de Caranguejo. Assim, a descrição tem um caráter denotativo, tanto quanto M1 – no Catálogo – é um nome próprio abreviativo desta descrição. O estranho é que, em geral, talvez apenas os astrônomos compreendam M1 como um nome próprio, da mesma forma como não compreendemos o número do Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal como uma expressão nomeadora. Desse modo, se generalizamos o exemplo do Catálogo Astronômico em favor da hipótese de Russell, a afirmação de que “nomes próprios abreviam descrições definidas”, explicita a ideia de que os nomes próprios são descrições resumidas e, portanto, não haveria diferença entre a expressão “Rômulo” e a sigla “EUA”, pois ambos não deixam de ser abreviações: “Rômulo” abrevia “O fundador de Roma” e “EUA” abrevia “Estados Unidos da América”. Contudo, é muito estranho, pois ninguém compreende “Rômulo” como uma sigla, nem “EUA” como um nome. Por outro lado, dizer que nomes próprios abreviam descrições pode sugerir uma tese mais fraca, segundo a qual nomes são equivalentes às descrições. Isso significa – de acordo com Russell – que os nomes se comportam logicamente como descrições. Contudo, no uso que é feito das descrições definidas pelos falantes, não transparece esse comportamento semântico. Ali, nomes são usados para assegurar o *nominatum* e as descrições são usadas para transmitir uma informação identificadora do referente.

Nestas condições, uma tentativa honesta de compreender Russell e expor a sua tese do significado dos nomes próprios, parece enormemente dificultada. Neste artigo, analisaremos a relação entre nomes próprios e descrições em Russell, na perspectiva de uma crítica à noção de nomes próprios como descrições abreviadas. Na sequência, apontar-se-á a tese russelliana das descrições definidas e dos nomes próprios, assim como serão abordadas as objeções clássicas a essa tese. E, na última seção, indicar-se-á uma diretriz metalinguística para compreender em que sentido um nome próprio é uma descrição abreviada.

Descritivismo russelliano e nomeação

A teoria das descrições definidas de Russell, bem como sua teoria da nomeação, estão estreitamente relacionadas. Em geral, quatro problemas permitem o acesso a essas teorias: o problema da referência aparente a inexistentes; o problema dos enunciados existenciais negativos; o problema da identidade, também chamado de “Puzzle de Frege”; e o problema da

substitutividade. Foge ao objetivo deste artigo discutir cada uma destas questões. Contudo, desde que pretende-se, nessa seção, expor criticamente a relação entre descritivismo e nomeação, concebe-se apropriado trilhar a via do problema da referência aparente para um indivíduo não existente. Com efeito, o tratamento que Russell oferece a este problema é um exemplo do poder resolutivo de uma teoria filosófica: não somente deflaciona a ontologia de Meinong – a realidade é constituída de objetos que existem e que subsistem – como soluciona o problema herdado de Frege, da restrição da bivalência em enunciados em que comparecem expressões referencialmente vazias.

Assim, é importante perceber que Russell, aceita, ao menos para os nomes logicamente próprios, a tese fregeana, segundo a qual o valor semântico de um nome próprio é o objeto a que ele se refere ou denota. Neste sentido, "A única espécie de palavra que teoricamente é capaz de representar um particular é um nome próprio, e a questão completa dos nomes próprios é bastante curiosa. Nomes próprios =_{Def} palavras para os particulares." (RUSSELL, 2010, p. 28; 1978, p.71).

Contudo, diferentemente de Frege, Russell resiste à ideia de que descrições definidas têm a mesma natureza, por assim dizer, dos nomes próprios genuínos. De modo mais preciso, Russell assevera que descrições definidas não têm o comportamento lógico de um termo singular. Enunciados da forma "O F é P" em que "F" representa uma descrição e "P" um predicado, são introduzidos pelo artigo definido "O" que abrevia, segundo Russell, uma expressão bem mais complexa do que um simples adjunto adnominal, a saber, uma expressão quantificadora (todos, alguns). Nesta condição, a descrição "O F" é a expressão lógica de um termo geral e não de um termo singular.

Consideremos, por exemplo, o enunciado (1) "O maior rio em volume d'água do mundo fica no Brasil". Nos moldes do que Russell pensa, este enunciado abrevia uma conjunção de três enunciados gerais e nenhum deles faz referência ao Rio Amazonas.

- (i) Há uma coisa que é o maior rio em volume d'água do mundo.
- (ii) Há apenas uma coisa que é o maior rio em volume d'água do mundo.
- (iii) Essa coisa fica no Brasil.

E estas condições podem ser capturadas nos termos seguintes, usando o quantificador existencial (\exists) e o quantificador universal (\forall) e tomando G para "o maior rio em volume d'água do mundo" e F para "Fica no Brasil",

$$(iv) (\exists x) (Gx \ \& \ ((\forall y)(Gy \rightarrow y = x) \ \& \ Fx))$$

O enunciado (iv) é a expressão lógica do enunciado (1) e manifesta o real comportamento das descrições definidas: trata-se de expressões conceituais. Neste caso, a solução do problema básico concernente às descrições defectivas (descrições de objetos inexistentes) é muito natural. Um enunciado no qual comparece uma descrição definida que falha em denotar um objeto, não implicará que esse enunciado não tenha valor de verdade. Consideremos, por exemplo, enunciado (2) "O atual rei da França

é calvo". Apresentando sua forma lógica nos termos do enunciado (iv), para $G = \text{Ser rei da França}$ e $F = \text{Ser calvo}$, temos que,

(2') $(\exists x)(x \text{ é atualmente rei da França} \ \& \ (\forall y)(y \text{ é atualmente rei da França} \rightarrow y=x) \ \& \ x \text{ é calvo})$

satisfazendo a exigência do princípio do terceiro excluído, sem o compromisso com o objeto de referência. Assim, o valor de verdade dos enunciados em que aparecem as descrições defectivas é garantido, ele é falso.

O segundo movimento de Russell (2010; 1978) para dirimir a questão, foi tratar os nomes próprios comuns como descrições truncadas ou abreviações de descrições. Ocorre que, nome próprio – ao menos no sentido lógico estrito – é uma expressão referencial por excelência. Nesta condição, um nome próprio é introduzido quando desejamos individualizar ou indicar um dado objeto com o qual, de acordo com a exigência russelliana, estamos em contato direto. De fato, para o Russell (2008) "você não pode nomear qualquer coisa que não esteja familiarizada ou em contato". Esta condição distingue um nome próprio de uma descrição definida. Mas ocorre que é possível introduzir nomes para objetos inexistentes como, por exemplo, o nome "Vulcano" dado pelos astrônomos ao suposto planeta entre Mercúrio e o Sol, que seria responsável pela perturbação da órbita do primeiro. Estamos diante de uma situação em que os nomes podem falhar em corresponder a um objeto apropriado. Em geral, a introdução de nomes próprios comuns para objetos e indivíduos com os quais não se está em contato, ou são inexistentes ou obedece ao princípio russelliano do conhecimento por descrição. Daí, em geral, tanto os nomes próprios comuns quanto os nomes referencialmente vazios – ao nível de sua forma lógica – não se comportam realmente como nomes. Assim, é possível tratar os nomes próprios comuns do mesmo modo que as descrições definidas: em termos quantificacionais. Nestas condições, um enunciado como (3),

(3) Vulcano é menor que a Terra.

tem a forma lógica seguinte:

(3') $(\exists x)(x \text{ é planeta que interfere na órbita de Mercúrio} \ \& \ (\forall y)(y \text{ é planeta que interfere na órbita de Mercúrio} \rightarrow y=x) \ \& \ x \text{ é menor que a Terra})$.

Nessa expressão, as condições de verdade estão logicamente determinadas, e não precisam assumir o compromisso com a existência de um objeto chamado "Vulcano", o qual não existe.

Ocorre que esta teoria da nomeação, além de ser uma extensão do descritivismo russelliano, é respaldada por sua epistemologia. Na verdade, Russell (2008) assevera que não é possível nomear o que quer que seja na ausência de um contato direto com o objeto. Em vista disso, descrições definidas concernem ao conhecimento que temos de certas propriedades do objeto, na impossibilidade de contato direto com este.

Eu direi que um objeto é conhecido por descrição, quando sabemos que é "isto ou aquilo" i. e. quando sabemos que existe um objeto, e nenhum mais, tendo uma determinada propriedade; e será geralmente implícito que não temos conhecimento do mesmo objeto por familiaridade. (RUSSELL, 2008, p. 114)

Ademais, como um nome se aplica apenas a um particular com o qual o falante esteja em contato direto, conclui então o Russell (2010, p. 27; 1978, p.71-72) que nomes, em sentido lógico estrito, restringem-se apenas às expressões demonstrativas "isto" ou "aquilo". Nomes próprios comuns não têm esse caráter lógico-epistêmico. A esse propósito ele (1905, p. 492) assevera:

[...] quando há algo com o que não estamos em contato imediato, mas do qual temos apenas definições por frases denotativas, então a proposição na qual essa coisa é introduzida por meio de frases denotativas não contém realmente essa coisa como constituinte, mas contém, ao invés disso, os constituintes expressos por muitas palavras da frase denotativa. (Tradução nossa).

Isso sugere que descrições definidas introduzem objetos indiretamente no discurso; ou melhor, introduzem objetos, descrevendo-os. O caso de expressões como "Napoleão", "Sócrates", "Pedro", enfim, no caso dos nomes próprios, não apreendemos diretamente o objeto do qual estamos a falar, quando usamos estas expressões. Antes, por meio dessas expressões, o objeto é introduzido no discurso por descrição definida. Por exemplo, "Napoleão, o marido de Josephine", "Sócrates, o mestre de Platão", "Pedro, o primeiro Papa". Daí, conclui Russell (2010; 1978), que nomes próprios comuns são, na verdade, descrições definidas abreviadas.

Até aqui, parece-me, tudo se passa "no melhor dos mundos": o descritivismo russelliano consegue eximir-se dos obstáculos impostos à análise semântica dos nomes próprios em Frege. Particularmente, consegue preservar as leis da lógica, mesmo para enunciados em que compõem descrições defectivas e nomes vazios, constituindo-se numa aplicação brilhante da "navalha de Ockham". Enunciados cuja forma gramatical expressa proposições singulares são analisadas, segundo sua forma lógica, como proposições gerais. E compreender um nome próprio comum é, ademais, associar o nome com a descrição definida; já compreender um nome próprio genuíno é referir com ele ao objeto com o qual estamos em contato. Com efeito, a teoria descritivista de Russell parece constituir-se numa teoria completa do significado dos nomes próprios.

Mas as teses de Russell no tocante aos nomes próprios comuns, apesar de bem sucedidas em resolver os enigmas aplicáveis aos nomes próprios¹, têm sido objeto de críticas severas. No que se segue, discutirei as objeções ao descritivismo de Russell e introduzirei minhas reservas com relação a ideia segundo a qual nomes próprios são descrições abreviadas.

Objeções ao descritivismo abreviativo de Russell

Em geral, a teoria dos nomes próprios de Russell - não obstante tratar-se de uma extensão da sua bem sucedida teoria das descrições - é imprecisa e, notadamente, pouco elucidativa do ponto de vista do comportamento semântico dessas expressões. Consideremos inicialmente na seguinte passagem da obra *The Philosophy of Logical Atomism* (2010, p. 79; 1978, p.105):

¹ Os enigmas sobre inexistentes (os chamados nomes próprios vazios), sobre os existenciais negativos, sobre o princípio da substituição em enunciados de atitude proposicional e sobre a identidade.

Vemos, portanto, que esta proposição 'Rômulo existiu' ou 'Rômulo não existiu' introduz uma função proposicional, porque o nome 'Rômulo' não é realmente um nome, mas uma espécie de descrição truncada. Representa uma pessoa que fez tais e tais coisas, que matou Remo, fundou Roma, e assim por diante. Ele é limitado por aquela descrição; se desejarmos ele é limitado por, 'a pessoa que se chamava 'Rômulo''².

Transparece aqui três concepções para o significado dos nomes próprios:

- (i) O significado dos nomes próprios pode ser estabelecido em termos de uma descrição definida: "o nome 'Rômulo' não é realmente um nome, mas uma espécie de descrição truncada."
- (ii) O significado dos nomes próprios pode ser estabelecido em termos de feixe de descrições: "Representa uma pessoa que fez tais e tais coisas, que matou Remo, fundou Roma, e assim por diante."
- (iii) O significado dos nomes próprios pode ser estabelecido em termos metalinguísticos: "Ele é limitado por aquela descrição; se desejarmos ele é limitado por, 'a pessoa que se chamava 'Rômulo''".

Com efeito, já em *Knowledge by acquaintance and knowledge by description* (2008), Russell sugeria que o significado dos nomes próprios estaria associado às diferentes descrições definidas que os falantes – a partir do tipo de conhecimento que têm do objeto referido – vinculam a este objeto. Por exemplo, diz Russell (2008, p.114), que Bismark poderia usar seu nome para designar diretamente uma pessoa com a qual ele tem contato direto³. Mas também o nome 'Bismark' poderia ser usado para designar uma pessoa acerca da qual falamos porque estamos em contato direto⁴. E, finalmente, poderia ocorrer que usássemos o nome para designar uma pessoa da qual possuímos apenas informações históricas⁵. Nesta situação, o significado dos nomes próprios estaria sujeito às vicissitudes das condições cognitivas do falante.

Mas não apenas isso, pois Searle (1958) objeta que se o nome "Wilfrid Sellars" é para mim equivalente a "O indivíduo X e o único indivíduo X que é F e G e..." – em que F, G e o restante são predicados que eu aplicaria ao indivíduo em questão –, então nada impede que aplique uma descrição muito específica para identificar "Wilfrid Sellars", por exemplo, "O filósofo com quem tive uma discussão violenta na sala de George Pappas em 1979". Ocorre que descrições dessa espécie, somente aparecem quando o falante é incitado a oferecer uma descrição demasiadamente específica. Em geral,

² No original: You see, therefore, that this proposition "Romulus existed" or "Romulus did not exist" does introduce a propositional function, because the name "Romulus" is not really a name but a sort of truncated description. It stands for a person who did such and such things, who killed Remus, and founded Rome, and so on. It is short for that description; if you like, it is short for "the person who was called 'Romulus'." (RUSSELL, 2010, p.79).

³ "[...] Bismark himself might have used his name directly to designate the particular person with whom he was acquainted" (RUSSELL, 2008, p. 114)

⁴ But if a person who knew Bismark made a judgement about him, the case is different. What this person was acquainted with were certain sense-data which he connected (rightly, we will suppose) with Bismark's body. (RUSSELL, 2008, p. 114)

⁵ When we, who did not know Bismark, make a judgment about him, the description in our minds will probably be some more or less vague mass of historical knowledge – far more, in most case, than is required to identify him.(RUSSELL, 2008, p.115)

as descrições que são associadas ao nome como equivalentes dependem do gênero de informação que o falante pensa que o ouvinte deseja acerca do indivíduo. Ademais, em geral, estas descrições estão na mente do falante apenas tacitamente. Quando o nome "Wilfrid Sellars" é usado irrefletidamente pelo falante, ele não tem qualquer descrição particular em mente. Portanto, a tese mais fraca que explicita a ideia de que nomes são abreviações de descrições definidas em termos de equivalência, é, ainda assim, pouco precisa.

A propósito da relação entre nomes e descrições definidas – que parece definir a natureza semântica truncada aos primeiros –, Russell (2008, p. 114) oferece em *Knowledge by acquaintance and knowledge by description* a seguinte explicação: "Isto quer dizer que o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio, só pode geralmente ser explicitamente expresso se substituirmos o nome próprio por uma descrição"⁶. Observemos que, nestes termos, os nomes próprios se comportam semelhante a uma sigla. Com efeito, uma sigla somente pode ser devidamente explicitada se for substituída pelo que significa: CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, FIFA – Fédération Internationale de Football Association, etc. A questão que se coloca é que parece não ser essa a disposição do falante que usa o nome próprio. É claro que o falante que diz, "Sócrates bebeu Cicuta", tinha em sua mente uma disposição de querer se referir, com o nome "Sócrates", ao "Filósofo que foi o mestre de Platão e Marido de Xantipa e o personagem mais famoso dos diálogos platônicos, etc.". Mas, em nenhum momento, compreendeu o nome como um modo de abreviar todo esse conjunto de informações de que ele, enquanto falante, dispunha acerca do homem Sócrates. Em outras palavras, a semântica dos nomes próprios não se deixa definir nos termos de um suposto caráter abreviativo das descrições definidas.

Por outro lado, quando consideramos o caso dos nomes próprios referencialmente vazios, a argumentação de Russell parece seguir um curso natural. Um argumento que sustentaria essa tese poderia ser da seguinte forma:

- (i) Nomes vazios como "Vulcano" têm valor semântico.
- (ii) Uma vez que não têm portadores, não são a rigor nomes.
- (iii) A não ser que sejam descrições definidas abreviadas, eles não têm valor semântico.
- (iv) A conclusão é que nomes vazios são descrições abreviadas.

Contudo, a seguinte réplica é possível: consideremos o enunciado verdadeiro (4).

(4) Vulcano não é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio.

Se assumirmos a expressão "Vulcano" como um nome próprio legítimo (o que não ocorre na tese descritivista de Russell), então, o enunciado expressa uma proposição singular verdadeira, em que a expressão "Vulcano"

⁶ "That is to say, the thought in the mind of a person using a proper name correctly can generally only be expressed explicitly if we replace the proper name by a description". (RUSSELL, 2008, p. 114).

está na proposição pelo objeto. Por outro lado, se admitirmos que o nome "Vulcano" abrevia a descrição "O planeta que interfere na órbita de Mercúrio", então o enunciado (4*)

(4*) O planeta que interfere na órbita de Mercúrio não é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio.

fere o princípio da identidade, de maneira que um falante estaria disposto a assumir a verdade de (4) mas não de (4*). Assim, ao que parece, nomes próprios - vazios ou não - não abreviam descrições.

Entretanto, a teoria de Russell tem uma consequência importante no que diz respeito à negação. Existe uma ambiguidade quando negam-se proposições contendo descrições definidas na posição de sujeito. Neste caso, a proposição (4*) pode ser lida de duas maneiras diferentes, a saber,

(4**) Existe um X que é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio, e X é único, mas X não é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio. Ou seja, $(\exists x) (Px \ \& \ ((\forall y)(y=x \rightarrow Py) \ \& \ \sim Px))$

(4***) Não é o caso que existe um x que é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio, e x é único, mas x é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio. Ou seja, $\sim(\exists x) (Px \ \& \ ((\forall y) (y=x \rightarrow Py) \ \& \ Px))$.

Em (4**) tem-se uma ocorrência primária da descrição definida e em (4***) tem-se uma ocorrência secundária. Isto é, o sujeito ocorre dentro do escopo de negação em (4**) e implica a existência de um objeto, enquanto em (4***) não implica esta existência. Ora, dizer que existe um objeto (Planeta) com a propriedade de interferir na órbita de Mercúrio, mas que, na verdade, não interfere, parece ser paradoxal. Afirma-se que o objeto tem e não tem a mesma propriedade. Por outro lado, em sua ocorrência secundária, a descrição definida não se refere a nada, haja vista que o âmbito do operador de negação abrange o sujeito, logo (4***) assevera ser falso que exista uma entidade com o atributo de "ser o planeta que interfere na órbita de Mercúrio". Nesta leitura, então, (4*) não é paradoxal e a conclusão de que nomes são descrições abreviadas que pareciam ter saído pela porta da frente, voltam pela porta de trás.

Não é à toa que o pomo da discórdia entre Russell e muitos de seus críticos é o uso referencial das descrições definidas e, em particular, as descrições definidas defectivas ou vazias. Entre estas, destaca-se como uma das mais discutidas na literatura, as objeções de Donnellan⁷.

Donnellan (1998) argumenta em favor da distinção entre uso atributivo e uso referencial das descrições definidas. Um falante usa referencialmente uma descrição definida quando pretende chamar a atenção acerca do indivíduo ou do objeto sobre o qual está falando, caso em que o contexto é essencial na determinação do referente. No uso atributivo, é asseverado que algo - o que quer que seja - é tal-e-tal, caso em que a determinação depende apenas do significado semântico das palavras que compõem a descrição. Portanto, enquanto o uso referencial quer chamar a atenção

⁷ Apesar das objeções de Strawson em *On Referring* (1950) serem ainda mais célebres e incisivas que as de Donnellan, quero por em evidência aqui as objeções que discutem as descrições definidas defectivas. As críticas de Donnellan (1998) atendem ao meu propósito, além de serem igualmente importantes.

para uma pessoa ou coisa – ou seja, o que importa é o alvo referencial –, no uso atributivo o mais importante é a relação de satisfação.

Poucos questionariam a distinção estabelecida por Donnellan. Mas o ponto de maior controvérsia gira em torno do significado das descrições definidas defectivas⁸.

Em geral, é aceito que Russell (1905) tem uma solução muito consistente com respeito aos casos das descrições definidas defectivas. E esta solução vem no interior de sua tese acerca do comportamento semântico das descrições definidas em geral. A seu favor está o fato de Russell garantir os princípios da lógica clássica, prescindindo da postulação de entidades inexistentes. Contudo, seus críticos resistem à ideia de que descrições definidas – sejam defectivas ou não –, em geral, não referem. Isso é assim porque, de acordo com Russell, na análise lógica dos enunciados em que aparecem descrições definidas na posição de sujeito gramatical, estas descrições deixam de exercer tal função. E, ainda mais, porque descrições definidas são termos quantificados.

Se a situação é essa, Donnellan (1998) sugere que o uso referencial das descrições definidas – defectivas ou não – são inexplicáveis na teoria de Russell pois, de acordo com ele, quando uma descrição definida é usada referencialmente, o alvo é o *designatum*. Por exemplo, consideremos uma situação em que um homem se agita e grita desesperadamente com uma faca em punho sobre o corpo mortalmente ferido de Smith. Um falante X, presente neste contexto, profere a seguinte asserção; "O assassino de Smith é insano". A descrição "O assassino de Smith" individualiza alguém, ou seja, no enunciado proferido naquele contexto específico, a descrição está pelo objeto. Em outra situação, em que apenas o corpo mortalmente ferido de Smith se encontra à vista de alguém, esse poderá proferir a mesmo enunciado, "O assassino de Smith é insano", fazendo uso da mesma descrição, mas de forma atributiva, isto é, o alvo agora é quem quer que satisfaça a descrição. Mas, como é sabido, o uso atributivo do enunciado "O assassino de Smith é insano", nos termos da análise quantificacional de Russell, expressa o seguinte:

$$(\exists x) ((x \text{ é assassino de Smith} \ \& \ (\forall y)(y \text{ é assassino de Smith} \rightarrow y = x) \ \& \ x \text{ é insano}).$$

A descrição não individualiza — observemos que as variáveis do enunciado não representam alguém em particular. Antes, na análise de Russell, a descrição deixa de estar pelo objeto para ocupar a função de atributo, que pode ser satisfeito por alguém — na forma lógica do enunciado proferido. Isto é, a descrição tem uso atributivo. Igual situação se passa com descrições como "O atual rei da França". Em um contexto em que um falante com a intenção de se referir ao atual presidente da França, profere o enunciado "O atual rei da França é calvo", o uso da descrição é referencial. Mas na análise russelliana, tal uso escaparia.

⁸ Enfoca-se aqui as análises feitas por Donnellan (1998) em objeção a Russell, e na avaliação de Russell a essas objeções. São as análises das quais decorrem toda uma literatura posterior sobre o assunto.

A argumentação, portanto, quanto a esse ponto é a seguinte⁹: Um falante X, em um contexto C, usando uma descrição definida defectiva 'O ϕ ' pode dizer algo verdadeiro ou falso, ao proferir um enunciado como 'O ϕ é G'. Como se sabe, de acordo com Russell (1905), descrições não nomeiam, mas, seu aparecimento como sujeito nos enunciados em que ocorrem, expressa, na verdade, uma imprecisão lógica, corrigida perfeitamente quando o enunciado é apresentado em termos quantificacionais — sua forma lógica. Nestas condições, o que a forma lógica do enunciado apresenta não é o sentido original do uso da descrição definida: tendo sido usada referencialmente, o aparecimento da descrição, na forma lógica do enunciado, expressa sempre um uso atributivo. Portanto, conclui Donnellan (1998), o uso referencial das descrições definidas - em particular, das descrições defectivas - são inexplicáveis na teoria de Russell.

Entretanto, penso que não podemos ser tão contundentes assim. Há descrições definidas cujo uso é tão somente referencial. E tais descrições são perfeitamente contempladas na teoria russelliana. Consideremos, por exemplo, o enunciado (1) "O maior rio em volume d'água do mundo fica no Brasil", e ainda, "O primeiro homem a pisar no solo da lua" ou "O ponto mais oriental da América do Sul". Neste caso, uma réplica à objeção de Donnellan deve, portanto, por em relevo que, em alguns casos, a forma lógica dos enunciados em que comparecem certas descrições, preserva o sentido original do uso destas descrições definidas, a saber, referencialmente.

Convém ainda expor que, o uso referencial ou atributivo de uma descrição definida - defectiva ou não -, emerge das intenções de um falante em uma comunidade linguística. Portanto, os argumentos que Donnellan (1998) aduz contra Russell pressupõem análises de um fenômeno - o uso referencial das descrições definidas por parte de um falante, em proferimentos particulares em um contexto - que, em um sentido estrito, não estaria guiando a teoria russelliana, embora se possa aludir a esse fenômeno dado o enorme poder expressivo da teoria das descrições. E nestas condições, considero difícil examinar como ou em que grau de pertinência as críticas de Donnellan atingem Russell.

De qualquer forma, é importante ressaltar que, de acordo com Russell (2010; 1978), enquanto nomes próprios genuínos são expressões referenciais - no sentido de serem objeto-dependentes -, descrições definidas não o são. Assim, as descrições definidas não são termos singulares, mas antes, expressões quantificadas de determinado gênero. Com efeito, é possível a alguém compreender uma descrição apesar de não ser satisfeita, mas não é possível, de acordo com Russell, compreender um nome genuíno sem conhecer o seu portador. Portanto, acentua-se a tese de que nomes próprios vazios e, em geral, os nomes próprios comuns, a rigor, não são nomes, mas expressões descritivas abreviadas.

Destarte, apesar do comportamento semântico dos nomes próprios comuns - referencialmente vazios ou não - não expressarem aquilo que a análise russelliana lhes atribui, a saber, uma espécie de sigla definidora do objeto, é inegável que o descritivismo de Russell é bem sucedido em

⁹ Toma-se por base nesta argumentação algumas passagens do texto de Donnellan (1998, p. 170, 181, 183, 185).

respaldar a tese de que nomes próprios comuns, a rigor, não são nomes. Entretanto, aduz-se que o descritivismo só garante a tese do nome abreviativo em duas situações ou casos: primeiro, se considerar a relação nome-descrição abreviada, não como definidora ou sinonímica, mas como disposicional; segundo, tomar o nome próprio como equivalente lógico de uma descrição metalinguística. Apresenta-se o primeiro caso nesta seção e remete-se a discussão do segundo para a seção seguinte.

Conforme já se procurou demonstrar, a teoria da nomeação de Russell é imprecisa, todavia, há um aspecto que resiste a essa imprecisão: é a tese de que nomes próprios comuns se comportam como siglas. É difícil resistir a essa ideia, principalmente, quando da análise dos nomes referencialmente vazios. Neste sentido, uma interpretação forte da tese fixaria que nomes próprios comuns =_{def} abreviações de descrições. Mas, neste caso, a seguinte questão imediatamente se impõe: desde que as descrições "são ficções lógicas ou símbolos incompletos" (RUSSELL, 1920, p. 141), como cada uso de um nome próprio N por um falante que tem N em seu idioleto, pode escolher, como referente estrito, um indivíduo o qual aquele falante tem a clara intenção de identificar com o uso de N? Essa é uma questão que demonstra a dificuldade de reconstruir adequadamente a relação entre descrição e nomeação em Russell.

Incomoda o fato de que Russell poderia responder a essa questão no quadro da interpretação forte de sua tese dizendo, por exemplo, que o falante jamais indicaria, com o uso de N, o indivíduo que ele tem a intenção de referir, embora fosse capaz, com tal uso, de descrevê-lo. Nestes termos, o proferimento de um enunciado S, o qual contém um nome próprio comum N, por um falante P, não se constituiria numa proposição singular, mas numa proposição geral. Por outro lado, o falante cumpriria integralmente sua intenção de referir, caso N fosse um nome próprio genuíno, o qual Russell concebe apenas como "isto" e "aquilo". Caso em que o falante proferiria uma proposição singular. Entretanto, por várias vezes Russell, ao argumentar que o enunciado "Scott é Sir Walter" é uma tautologia - diferentemente de "Scott é o autor de Waverley"-, parece sugerir que "Scott" e "Sir Walter" podem ser usados como autênticos nomes próprios.

É imediatamente óbvio que "c" fosse o próprio "Scott", "Scott é Scott" é simplesmente uma tautologia. Mas se tomarmos qualquer outro nome que seja exatamente um nome para Scott, então se está usando o nome como um nome e não como uma descrição, a proposição ainda será uma tautologia, pois o *próprio nome é simplesmente um meio de apontar para a coisa* (grifo nosso) [...].

Desde modo existem apenas duas alternativas. Se "c" é um nome, a proposição "Scott é c" é falsa ou tautológica. Mas a proposição "Scott é o autor de Waverley" não é uma coisa nem outra [...]. Esta é outra maneira de ilustrar o fato de que uma descrição é uma coisa bastante diferente de um nome. (RUSSELL, 2010, p. 82; 1978, p.107)

A suposição que nomes próprios comuns são autênticas expressões nomeadoras - e não descrições abreviadas - é ainda mais claro na seguinte passagem de *Introduction to Philosophy of Mathematics* (1920):

Sócrates é um homem, Platão é um homem, Aristóteles é um homem, mas não podemos inferir que "um homem" significa o mesmo que "Sócrates", significa também o mesmo que "Platão", significa também

Portanto, no que concerne ao entendimento segundo o qual nomes próprios comuns são símbolos incompletos – porquanto abreviam descrições definidas –, a teoria da nomeação de Russell parece não conseguir responder, com a precisão exigida, como o cada uso de um nome próprio N por um falante pode ser capaz de escolher, dentre o conjunto de indivíduos, o *nominatum* estrito.

Entretanto, a maneira como se compreende a ideia de que nomes são descrições abreviadas ou truncadas, prevaleceria em uma interpretação que considerasse como uma disposição do falante usar o nome como uma espécie de signo interpretante de um conjunto de descrições, com as quais ele identifica o indivíduo pretendido. Suponhamos que eu diga, "Marcos é o autor do primeiro evangelho"; se me perguntassem, "Por 'Marcos' você quer identificar o apóstolo de Jesus que esteve no monte das Oliveiras na ocasião em que ele foi preso e que escreveu o texto mais antigo dos atos e discursos de Jesus?"; eu diria. "Sim, é esse que quero identificar com o nome 'Marcos'". É claro que, se trata aqui de uma predisposição ou de uma intenção de empregar o nome associado aos atributos identificadores que destacam o objeto, atendendo assim as exigências de um processo cognitivo e psicológico, mas não uma exigência do uso semântico como termo singular genuíno.

Agora, como é possível o uso semântico do nome próprio comum, tomando-o como descrição abreviada à maneira de Russell? Quais são as condições necessárias e suficientes para que um indivíduo P, através de um nome N, se refira a um objeto X? Na seção seguinte, sugere-se respostas a essas questões no quadro da teoria metalinguística do significado dos nomes próprios.

Nomes, descrições metalinguísticas e propriedade sortal

A origem da tese metalinguística remete àquela tese do descritivismo de Russell de acordo com a qual nomes abreviam descrições, descrições não nomeiam ou designam coisas e os enunciados que envolvem descrições definidas têm estrutura lógica que é diferente de sua estrutura gramatical. Por exemplo, o enunciado "O φ é G" é capturada pela forma lógica da proposição $(\exists x)(\varphi_x \ \& \ ((y)(\varphi_y \rightarrow y = x) \ \& \ G_x))$. Nesta situação, enunciados envolvendo descrições definidas na posição de sujeito, são decomponíveis em funções proposicionais que expressam propriedades das coisas e não têm a função de nomear o que Frege afirma ter.

Se esta ideia é correta, o problema da referência dos nomes próprios se transforma no problema da referência das descrições definidas que, por sua vez, destituída dessa função referencial, apenas enuncia as propriedades exemplificadas – ou não – pelos objetos.

A teoria metalinguística é uma resposta possível ao referencialismo, ao mesmo tempo, não deixa de ser uma nova leitura de certos aspectos da teoria descritivista para os nomes próprios. Talvez, por isso mesmo, e face às progressivas retificações da teoria milliana da referência, a explicação para o comportamento semântico dos nomes próprios, sob a ótica da teoria

metalinguística, apesar de correta — ao menos é o que aqui se defende — tenha sido sujeita a contínuas rejeições, constituindo-se numa tese minoritária na discussão.

Em linhas gerais, a teoria propõe uma relação entre o nome próprio e uma descrição que faz menção ao nome. Neste sentido estrito, alega-se que pode haver a compreensão de que o nome próprio abrevia aquela descrição definida. Trata-se, portanto de uma relação em que uma expressão linguística é objeto de análise em outra expressão linguística que o menciona. Temos, assim, a teoria caracterizada como metalinguística.

A teoria encontra apoio em duas distinções: aquela entre característica da linguagem e característica do uso da linguagem e aquela entre significado linguístico de um enunciado e o que é comunicado pelo proferimento sincero e literal desse mesmo enunciado. De fato, as regras da linguagem estão situadas no nível-tipo, constituídas pelas normas semânticas e sintáticas. Já as características de uso da linguagem estão sujeitas às vicissitudes inerentes ao que é dito, num certo contexto, por certo falante. São os *tokens* linguísticos. A relação entre as regras e o seu uso efetivo no que é dito, é um problema à parte nesta discussão em torno dos nomes próprios. De qualquer maneira, é importante apontar, para os fins pretendidos nesse estudo, que a distinção entre regras linguísticas e uso efetivo é fundamental na teoria da comunicação. A ideia de significado natural e significado não natural é decisivo em trabalhos como o de Grice (1975) e Searle (1958); a concepção de que é possível que um enunciado diga mais do que o literalmente expresso, encontra respaldo nas motivações cognitivas do falante e no impacto cognitivo sobre o ouvinte, das crenças e desejos que o falante imprime ao que é dito. Consequentemente, a análise metalinguística dos nomes próprios não é uma teoria da referência, no sentido de que não tem como objetivo central fornecer resposta à seguinte questão: quais são as condições necessárias e suficientes para que um indivíduo P, através de um nome N, se refira a um objeto X?

Assim, o valor semântico do nome é determinado pela regra linguística representada pela descrição definida que menciona o nome e que constitui o seu conteúdo léxico fundamental. Em resumo, um falante S refere-se a um particular X, ao proferir N, antes de tudo porque o nome próprio N tem um valor semântico, nos termos da regra linguística, que explica o seu poder referencial.

Como já ressaltado, essa regra diz exatamente que um nome próprio é semanticamente equivalente a uma descrição que o menciona. Tal descrição varia conforme as especificidades aduzidas para a teoria. Por exemplo, para Russell (2006, p. 512), "[...] o significado convencional de um nome N em certo grupo de falantes [...] é o mesmo que o significado convencional da descrição definida 'A coisa ou a pessoa chamada N"'; para Katz (1994), o nome N significa "O portador de 'N'"; Para Bach (1994), o sentido de um nome próprio N tem a forma "A coisa a qual é o portador de 'N'"; para Kneale (1962), o nome N significa "O indivíduo chamado 'N'".

Entretanto, apesar de todas as teorias metalinguísticas explicarem o significado dos nomes próprios, em termos desse significado literal, diferem entre si quanto ao entendimento da descrição que funciona como significado literal. Kneale (1962), por exemplo, sugere com a descrição,

"O indivíduo chamado 'N'", uma relação entre o nome e uma propriedade real do portador, tal que somente essa propriedade é capaz de satisfazer à exigência fregeana de determinação de referência, embora não seja informativa. Para Russell (2006, p. 526), a relação não envolve a rigor a existência de propriedades reais, mas uma regra de uso causalmente fixada, que ele formula em termos de "ser chamado N": X é o referente para o uso geral de N, tanto por aqueles que estão na origem do uso referencial de N como por aqueles que atualmente são os utilizadores potenciais desse uso de N para se referir a X. São eles que sustentam e garantem o uso referencial de N. Para Bach (1994) aquela descrição é semanticamente equivalente ao nome mencionado, invocando apenas uma relação nominal com quem porta o nome. Katz (1994) tem uma ideia semelhante, embora tome a descrição "a coisa que é o portador de N" como constitutiva do sentido do nome. Bach (1994) não invoca a noção de sentido.

Mas o que justifica, em linhas gerais, essa tese metalinguística? Inicialmente, é importante destacar que a tese compartilha da pressuposição básica de toda teoria do significado: o significado de uma expressão da linguagem não é um fato bruto. Por exemplo, não é um fato bruto que a palavra "cavalo" signifique cavalo, nem que a palavra "proton" signifique próton. A questão, portanto é: que fatos dão a uma expressão da linguagem o seu valor semântico? No caso dos nomes próprios, que fatos fazem com que um nome próprio particular - usado por um falante num determinado contexto - tenha o valor semântico que tem? Há, então, os que respondem asseverando que os objetos, propriedades e relações do mundo determinam o valor semântico das expressões. E há os que defendem que as expressões da linguagem têm seu valor semântico alicerçado no pensamento, isto é, as coisas que são pensadas determinam o significado das expressões. Da forma como compreende-se neste trabalho, a tese metalinguística dirige-se ao problema do valor semântico dos nomes próprios, afirmando que o significado dos nomes próprios é superveniente, isto é, decorre de uma regra linguística. E, como parte de um sistema linguístico, nomes próprios são, como diz Castañeda (1988, p.37), "variáveis sortais". O que significa dizer que, um nome próprio denota simplesmente a classe de todos aqueles indivíduos para os quais o nome fora dado; em outras palavras, um nome próprio aponta para uma propriedade geral da forma "ser chamado tal e tal", ou "o portador de 'N'".

Neste sentido, compreende-se que o nome próprio - como parte de um sistema linguístico - pode aplicar-se a qualquer número de objeto/indivíduos; a classe dos indivíduos denotados pelo nome instancia ou exemplifica a propriedade tipo "O portador de 'N'", que invoca uma relação nominal entre o nome e o seu portador e não transmite qualquer informação acerca dele, exceto que é o portador do nome. Neste caso, a única relação que se pode fixar entre o nome e a propriedade descrita "O Portador de N" é intralinguística. Consideremos, por exemplo, as frases (5) (6) e (7):

(5) "Cícero" tem seis letras

(6) "Incipiente" é um adjetivo

(7) "Sócrates" significa "O portador de "Sócrates"".

Em cada caso, o predicado se aplica a um objeto linguístico. Fala acerca da expressão linguística. Em outras palavras, toma as expressões que ocorrem entre aspas nestas frases como sendo mencionadas antes que usadas. No caso que aqui interessa, exemplificado na frase (7), é dito que entre o nome e a descrição que o menciona vigora uma relação de equivalência semântica, a qual especifica o valor semântico do nome. Portanto, uma análise do comportamento semântico dos nomes próprios - em termos metalinguísticos - tem por fundamento o seguinte: Um nome "N" significa literalmente "O portador de 'N'", isto é, um nome N abrevia uma propriedade geral da forma "O portador de 'N'".

Isso suscita a seguinte questão: o que se pode saber acerca de Aristóteles ou Einstein em virtude exclusivamente de seus nomes? "nada", exceto quando seu uso é não literal. E, sob a perspectiva da tese metalinguística, ao menos da forma como se apreende neste estudo, o uso não literal do nome é uma ocorrência de um ato de fala metafórico. Por exemplo, é possível usar o nome "Einstein" para se referir a Pedro, querendo com isso qualificá-lo como pessoa muito inteligente, como em um enunciado "No exame Pedro revelou-se um Einstein". Então, nestes casos, o nome transmite alguma informação, porém, é um equívoco tomar tais usos comunicacionais como constitutivo do valor semântico do nome próprio. Tais usos atendem a um requisito do contexto e o nome próprio é livre para transmitir qualquer informação, ao operar em um enunciado proferido no contexto de um ato de fala.

A objeção da circularidade e respostas

Algumas objeções têm favorecido o descrédito da teoria metalinguística¹⁰: talvez a mais grave para os defensores da teoria metalinguística, é de que a teoria viola a condição exigida de toda teoria da referência, a saber, a não circularidade.

Com efeito, em *Naming and Necessity* Kripke (1980, p. 69) estabelece a seguinte condição (C) para qualquer teoria descritivista dos nomes próprios:

(C) Para que uma teoria tenha êxito, a explicação não pode ser circular. As propriedades usadas na votação não devem supor elas mesmas a noção de referência de tal maneira que estas resultem ao fim impossível de eliminar. (Tradução nossa)

Um exemplo claro deste tipo de violação é apresentada por Devitt (2006, p.521): suponha uma teoria que aponta como descrição identificadora,

¹⁰ Ademais, outras importantes objeções são suscitadas pelos críticos à tese metalinguística: uma dessas é decorrente do argumento modal de Kripke, a saber, assumindo que a teoria metalinguística é um caso específico do descritivismo acerca da semântica dos nomes próprios, o argumento modal, que parece refutar este último, também reprova aquele. Depois, desde que o significado de um nome N é dado pela descrição, "O portador de 'N'" então por paridade de raciocínio, o significado de uma palavra como "Cavalo" inclui "ser chamado 'Cavalo'", isto é, ao defende-se que a análise correta do comportamento semântico dos nomes próprios é aquela apresentada pela teoria metalinguística, deve-se querer explicar a razão pela qual os nomes próprios são diferentes de outras palavras. É o argumento da generalização, que a rigor não se constitui numa objeção, antes um desafio colocado pelos críticos da teoria. Como a intenção deste estudo é prover uma análise da teoria abreviacionista dos nomes próprios de Russell, não parece apropriado desenvolver uma defesa pormenorizada da tese metalinguística que incluiria o exame das objeções de seus críticos, bem como resposta a essas objeções. Enfatiza-se então apenas aquela que parece de maior relevância para justificar a posição aqui assumida.

"O indivíduo chamado N". Neste caso, admitiríamos a seguinte transmissão da referência: um falante y, ao proferir N, estará associando a N a descrição "O indivíduo a que x refere por N"; um falante z, ao proferir N estará associando a N a descrição "O indivíduo a que y refere por N", mas y refere por N ao indivíduo que x refere por N, e x refere por N ao "O indivíduo chamado N". Mas quem é "O indivíduo chamado N"? Aquele que o falante y associa a descrição "O indivíduo que x refere por N". Uma teoria assim infringiria a condição (C).

Kripke (1980) atribui tal situação à teoria metalinguística. E, dessa forma, justifica a rejeição de hipóteses como a sugerida por Kneale (1962) para o conteúdo semântico dos nomes próprios. Segundo Kneale (1962), "é obviamente trivial que Sócrates é chamado 'Sócrates'" porque "Sócrates" significa "O indivíduo chamado 'Sócrates'". A trivialidade é explicada pelo fato de qualquer falante competente da língua portuguesa que possua o nome "Sócrates" no seu repertório linguístico está em posição de reconhecer, imediatamente, como verdadeira a frase, "Sócrates chama-se 'Sócrates'". Mas, de acordo com Kripke (1980) essa teoria não é aceitável à medida que propõe o que deseja explicar: Diz Kripke (1980, p. 70):

Perguntamos "A quem ele se refere com 'Sócrates'?" E então a resposta: "Bom, ele se refere ao homem ao qual se refere". Se isto for tudo que há a respeito do significado de um nome próprio então não se lograria nenhuma referência em absoluto. (Tradução nossa).

Em outras palavras, Kripke (1980) diz que a teoria metalinguística é insatisfatória como teoria da referência.

Entretanto, mais recentemente, Bach (2002) tem sugerido que o argumento da circularidade é equivocado. Basicamente, Kripke relaciona a propriedade "Ser chamado" com "Ser referido" ou "Ser nomeado". Contudo, há uma diferença fundamental a ser considerada: portar um nome ou ser chamado por um nome, não é a mesma coisa que ser referido por um nome. Por exemplo, uma coisa é dar a Renato Cartesius o nome de "Descartes" outra coisa é ser referido por esse nome. O mesmo caso de portar um número da cédula de identidade e ser referido por esse número. Com efeito, esclarece Bach (2002, p. 101)

Embora seja mais apropriado referir a uma pessoa pelo nome, podemos referir ao invés pelo número de seu seguro social [...] Números e seguros sociais de fato não são usados (para referir), mas poderiam ser. Nomes próprios são usados (para referir), mas poderiam não ser". (Tradução nossa)

Portanto, referir e portar um nome são propriedades distintas. Sócrates é chamado 'Sócrates', ele porta esse nome. Dado então que referir é algo que as pessoas fazem ao utilizar a expressão e que o valor semântico é alguma coisa que a expressão tem e, considerando que a teoria metalinguística trata do valor semântico do nome próprio, ela não é uma teoria da referência como Kripke (1980) compreende e muito menos viola a condição de não circularidade.

Loar (2006) utiliza-se de um argumento semelhante para dirimir a objeção de circularidade à sua tese. Em sua abordagem metalinguística, ele considera que o significado convencional de um nome próprio N é o mesmo que o significado convencional da descrição definida "A coisa ou a

pessoa chamada "N". Isto quer dizer que existe uma relação de sinonímia entre o nome e esta descrição, a qual, de acordo com Loar (2006), age como um qualificador referencial do nome, que, por sua vez, obtém esse significado com o batismo inicial. Nestas condições, o valor semântico de um nome N não pressupõe a referência ou como ele diz, "o conceito de nome não pressupõe o referir". Todavia, para além deste significado literal existem, segundo Loar (2006), descrições definidas cujo uso identificador do referente é essencial. E tais descrições transmitem, ao final, as intenções individualizadoras e as crenças do falante numa determinada ocasião de uso daquelas descrições aplicadas a um particular, independente da existência deste.

Recanati (1997) é outro teórico que, ao defender uma abordagem metalinguística para a análise dos nomes próprios, o que ele chama de visão indexical, nega que esta abordagem seja circular.

De acordo com ele, o comportamento semântico dos nomes próprios é análogo ao dos indexicais como "você", "agora", "eu". Assim, compreender o proferimento dessas expressões, incluindo nomes próprios, envolve a identificação do referente do termo. Nisto o ouvinte é como que auxiliado pelo significado do termo referencial. Tanto no caso dos indexicais quanto no dos nomes próprios, o referente varia no contexto. Quando Carolina diz "eu" o referente é Carolina, de conformidade com a regra linguística que define "eu" como significando "aquele que fala" ou o falante; quando Valquíria diz "eu", o referente é Valquíria. Por sua vez, o nome "Sócrates", a depender do contexto de proferimento, tanto pode designar o filósofo grego quanto o jogador de futebol da seleção brasileira na década de 1980. No caso dos nomes próprios, o que é linguisticamente transmitido corresponde ao que Recanati (1997) chama de característica REF (o qualificador referencial, segundo Loar; e o caráter, segundo Kaplan), definida então como a indicação de que "há uma entidade x tal que um proferimento S(N) é verdadeiro se e somente se x satisfaz S()" (RECANATI, 1997, p. 138). Deste modo, o referente do nome N é a entidade que é chamada N ou a entidade que porta o nome N, em um contexto de proferimento. Em suma, semelhante aos indexicais, cujo significado remete a regras linguísticas, as quais orientam seus usos para referir, os nomes próprios dispõem de um significado que os caracteriza como expressão linguística, a saber, a característica REF. Assim, o referente de um nome próprio, em todos os casos, é a entidade que porta aquele nome.

Contudo, de acordo com essa concepção, os nomes próprios não transmitem somente a característica REF, mas também um modo de apresentação do referente. Este nada mais é do que toda a informação transmitida pelo nome em virtude de uma convenção não linguística, que permite a individualização do portador. Como tal, esse modo de apresentação do referente não é parte do significado do nome. Portanto,

Em sua estrutura, um nome próprio refere por uma convenção linguística a quem quer que ocorra ser o portador do nome, mas quem (o que) é o portador do nome é relativa ao contexto, uma matéria não linguística, uma matéria de convenção social. A referência do nome assim depende do fator contextual como a referência de uma expressão indexical. (RECANATI, 1997, p.140). (Tradução nossa).

Nestas condições, de acordo com Recanati (1997), sua abordagem não viola a condição de não circularidade. Por uma razão muito simples: não se trata de uma teoria completa da referência, mas uma teoria parcial, no seguinte sentido: explica apenas o primeiro estágio do caráter referencial dos nomes próprios, isto é, argumenta que a referência do *token* de um nome próprio depende da referência do nome-tipo na comunidade. Enquanto teoria parcial da referência escapa à objeção de circularidade ao assumir, em linhas gerais, as razões de Loar (2006) e Evans (1982), a saber: enquanto num primeiro estágio a regra semântica captura o determinante da referência, uma análise completa desse caráter referencial dos nomes exige que se enfatize o papel dos fatores sociais. Estes fatores permitem, de acordo com a versão metalinguística de Recanati, focalizar o importante papel dos utilizadores atuais e do passado da comunidade os “produtores” como diz Evans; ou a “origem causal” como diz Loar. Em suma, desde que um falante competente da língua é um conhecedor dessa língua, ele sabe, ao proferir um nome próprio N, que essa expressão refere ao particular chamado N na comunidade. E a referência dessa expressão na comunidade é determinada pela prática de outros no passado da comunidade e atualmente.

É válido supor que a nota comum em todas essas análises é a de que o referir de um nome próprio é sempre contextual, portanto a unicidade do *designatum* não pertence ao nome-tipo, isto é, não pertence ao qualificador referencial ou propriedade REF. É o uso do nome que nos conecta ao referente estrito.

Nesta linha de argumentação verifica-se o seguinte: não há circularidade em saber, por exemplo, que um nome próprio N tem um interpretante que é o *designatum* desse *N-sort*. Uma propriedade “*sort*” ou “*espécie*” são aquelas como, “ser um coelho”, “ser uma cadeira”, “ser uma mesa” etc. Nomes próprios, na abordagem metalinguística que se está a defender, exemplificam propriedades dessa espécie. Assim, um indivíduo chamado N exemplifica a propriedade “*N-sort*” ou da “Espécie N”. Logo, a questão principal, concernente à exigência de não circularidade diz respeito à natureza da propriedade “ser chamado N” ou “ser o portador de N”. Esta propriedade deve remeter a uma disposição por parte do falante em associar N a um *designatum* que se apresenta como signo interpretante. O falante deve estar propenso a escolher, entre os indivíduos que carregam o nome, aquele que é o *designatum* do nome, orientado por fatores como o contexto do seu proferimento, as suas crenças e suas percepções. Sendo assim, a singularidade da referência por um nome próprio é um fenômeno da pragmática.

Considerações finais

O que conta como valor semântico do nome próprio é o fato de se constituir na expressão de uma propriedade geral, que reúne ou unifica – como num arquivo – todos os possíveis usos dos nomes segundo o contexto, as crenças e as informações do falante. Neste sentido, como parte de um sistema linguístico, o nome próprio não é um termo singular e, sob este aspecto, considera-se neste trabalho que Castañeda está certo, como se mencionou, o nome é “uma variável *sortal*”.

Mas o uso do nome para referência singular obedece ao seguinte desiderato: em todos os casos de referência, alguma associação é feita entre o nome e o seu portador. Nesta condição, referir é uma ação interna do falante a qual incorpora elementos contextuais e psicológicos. Assim, há uma disposição do falante, determinada contextualmente, em usar o nome próprio associado às propriedades que especificam o *nominatum*. Essa pressuposição define um fenômeno pragmático. Por outro lado, a semântica do nome próprio é o resultado de uma propriedade objetiva "Ser o portador de 'N'", a qual é distinta de propriedades expressas por locuções como "meu nome é...", caracterizando o nome como parte do sistema linguístico. Neste sentido, chega-se ao mesmo resultado de Russell, a saber, do ponto de vista semântico, nomes próprios não são termos singulares genuínos, ainda que possam ser usados para fazer referência singular.

Acredita-se que é preciso ainda explorar as possibilidades que esta visão metalinguística oferece à explicitação dos aspectos pragmáticos e semânticos dos nomes próprios. Em particular, se crê que as questões relativas à explicação de como enunciados contendo nomes próprios envolvem referência singular, a co-referência, e o fato de um número massivo de objetos/indivíduos do mundo podem partilhar o mesmo ou diferentes nomes, merecem ser examinadas mais detidamente, à luz da visão metalinguística aqui proposta. Mas, isso é outra história.

Bibliografia

BACH, K. What's in a name? *Australasian Journal of philosophy*, v. 59, n. 4, p. 371-386, 1981.

_____. *Descriptivism Distilled*, [Online]. Disponível em: <http://online.sfsu.edu/~kbach/oldies/descriptivism.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2008, 1994.

CASTAÑEDA, H.N. *Thinking, language and experience*. Minneapolis, USA. University of Minnesota press, 1988.

DEVITT, M. Brian Loar on singular terms. In: DAVIDSON, M. *On sense and direct reference: readings in the philosophy of language*. USA: McGraw-hill, 2006, p.517-524.

DONNELLAN, K. Reference and definite. In: OSTERTAG, G. *Definite descriptions: a reader*. Massachusetts, Massachusetts institute of technology, 1998, p. 173-193.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. 2 edição. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2002, p. 129-158.

_____. The Thoughts: A logical inquiry, *Mind*, new series, v. 65, n. 259, jul. 1956, p.289-311.

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (eds). *Syntax and Semantics*. New York, Academic press, 1975, Vol. 3.

KATZ, J. Names Without Bearers. *Philosophical Review*, n. 103, v. 1, p. 1-39, 1994.

KNEALE, W. Modality De Dicto and De Re. In: NAGEL, E.; SUPPES, P; TARSKI, A. (Eds.). *Logic, Methodology, and Philosophy of Science*. Stanford, Stanford university, 1962.

LOAR, B. The semantics of singular terms. In: DAVIDSON, M. *On sense and direct reference: readings in the philosophy of language*. USA, Mcgraw-hill, 2006, p. 496-516.

_____. Names and descriptions: A reply to Michael Devitt. In: DAVIDSON, M. *On sense and direct reference: readings in the philosophy of language*. USA, Mcgraw-hill, 2006, p. 524-528.

MEINONG, A. Theory of objects. In: CHISHOLM, R. M. *Realism and the Background of Phenomenology*. Glencoe, Free press, p. 76-117, 1960.

RECANATI, F. *Direct Reference: from language to thought*. Massachusetts: Blackwell, 1997.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, New Series, v.14, n.56, p. 479-493, 1905.

_____. A filosofia do atomismo lógico. In: *Lógica e Conhecimento: Ensaos escolhidos*. São Paulo, Abril cultural, 1978, p. 53-125, (Os Pensadores)

_____. *The Philosophy of Logical Atomism*. London, Routledge Classics, 2010.

_____. *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description* [Online], Disponível em: www.hist-analytic.org/Russellacquaintance.pdf. Acesso em 23 de maio de 2008. 1910-1911.

RUSSELL, B. *Introduction to Mathematical Philosophy*. 2 ed. George Allen & Unwin, Ltd., London, 1920.

SEARLE, J. Proper Names. *Mind*, v. 67, p. 166-173, 1958.

STRAWSON, P. F. On Referring. *Mind*, New Series, v. 59, n. 235, 1950, p. 320-344.

Artigo recebido em 14/08/2015

Artigo aceito em 30/11/2015